

IV PROJECTAR 2009

PROJECTO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA

FAU-UPM - SÃO PAULO – BRASIL - Outubro 2009

Teresa Madeira da Silva

ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

UM MODELO TEÓRICO DE INTERPRETAÇÃO DO LUGAR ARQUITECTÓNICO COMO MODO DE INVESTIGAÇÃO PROJECTUAL – UMA LEITURA HERMENÊUTICA

Resumo: Esta comunicação trata da leitura do lugar arquitectónico¹, como modo de investigação projectual através de um modelo teórico de interpretação, desenvolvido a partir de dois campos disciplinares: o da filosofia e o da arquitectura.

Num primeiro momento, este trabalho procura clarificar e aprofundar o significado do conceito de lugar arquitectónico. Em seguida, procura ampliar o tipo de leituras até agora avançadas na vertente prática do campo disciplinar da arquitectura propondo uma ferramenta útil para o arquitecto enquanto projectista, com base no domínio conceptual da hermenêutica² contemporânea nas figuras de Gadamer e Ricoeur.

Uma vez que as leituras mais comuns das obras e dos lugares arquitectónicos se centram na análise e descrição formal (por vezes através da decomposição em partes dos edifícios geradores desses lugares), propomos, através de um conjunto de tópicos associados aos conceitos de espaço, de tempo e à consciência do papel dos intérpretes que o lugar arquitectónico convoca, um modelo teórico de interpretação com o objectivo de explorar outras formas de leitura e interpretação do mesmo.

Dado que a chave da nossa investigação assenta em dois princípios normalmente excluídos quando se trata de interpretação no campo da arquitectura: o primeiro, de que a leitura de uma obra inclui o papel dos seus intérpretes (sendo estes indivíduos historicamente localizados), e o segundo de que a linguagem arquitectónica se realiza como discurso e não somente através dos signos como entidades básicas, abre-se a possibilidade de uma nova concepção de interpretação no domínio projectual da arquitectura.

Palavras-chave – Processo, Interpretação, Hermenêutica, (situação).

¹ O lugar arquitectónico, nesta investigação, é definido pelo edifício (como o epicentro do lugar), e pela relação que este estabelece com o espaço físico que o envolve, designado por envolvente ou contexto.

² "Hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido" (Bleicher, 2002: 362).

A theoretical model of interpretation of the architectural place as way of investigation projectual - a reading hermeneutic

Abstract

This paper considers the architectural place³, central of projectual investigation through a theoretical model of interpretation, developed from two disciplinal areas: it of the philosophy and it of the architecture.

At a first stage, this paper aims to clarify and to investigate the meaning of the architectural place concept. Next, it proposes the creation of an utility tool to be used by architects while designing, based on the contemporary hermeneutic⁴ as proposed by Gadamer and Ricoeur.

This paper presumes that the commonest readings of the architectural places are centered in the analysis and formal description (for times through the decomposition in parts of the buildings creators of these places). We propose, through a set of topics associated to space, time and the conscience of the interpreters that intervene in architectural place. A theoretical model of interpretation with the objective to explore other forms of reading and interpretation the architectural place.

The key of our investigation suits two ideias normally excluded when it the question is interpretation in the field of the architecture: the first one, of which the reading of a work includes the interpreters (being these historically located individuals), and according to of that the architectural language happens like speech and not only through the signs like basic entities. This paper opens the possibility of a new conception of interpretation in the architecture projectual.

key words – Process, Interpretation, Hermeneutic, (situation).

³ The architectural place, in this investigation, is defined by the building (like the epicentre of the place), and by the relation that this one establishes with the physical space that wraps it, designated involving or context.

⁴ “Hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido” (Bleicher, 2002: 362).

Un modelo teórico de interpretación del entorno arquitectónico como forma de investigación del proyecto de arquitectura – una visión hermenéutica.

Resumen

La presente comunicación ofrece una visión del entorno arquitectónico⁵, como forma de investigación del proyecto a través de un modelo teórico de interpretación, desarrollado a partir de dos campos temáticos: la filosofía y la arquitectura.

Inicialmente, este trabajo trata de determinar y profundizar el sentido del concepto de entorno arquitectónico. A continuación, busca ampliar las diversas acepciones, adelantadas hasta ahora el campo práctico de la arquitectura, proponiendo una herramienta útil para el arquitecto como diseñador, basándose en el ámbito conceptual de la hermenéutica⁶ contemporánea de Gadamer y Ricoeur.

Un vez que los conceptos más comunes de las obras y de los enclaves arquitectónicos se centran en el análisis y la descripción formal (a veces a través de la descomposición en partes de los edificios que crean ese entorno), proponemos a través de un conjunto de temas relacionados con los conceptos de espacio, de tiempo y el conocimiento del papel que juegan los intérpretes que el entorno arquitectónico congrega, un modelo teórico de interpretación del entorno con el fin de descubrir otras formas de definir e interpretar el entorno.

Teniendo en cuenta que la clave de nuestra investigación se sustenta en dos principios, normalmente excluidos de la interpretación en el ámbito de la arquitectura: el primero, que la interpretación de una obra incluye el papel de sus intérpretes (que se encuentran históricamente localizados) y, en segundo lugar, que el lenguaje arquitectónico se utiliza como disertación y no solamente a través de los signos como entidades básicas, abriéndose la posibilidad de un nuevo concepto de interpretación en el ámbito del proyecto de la arquitectura.

Palabras clave - Proceso, de interpretación, hermenéutica, (situación).

⁵ El entorno arquitectónico en esta investigación, se caracteriza por el edificio (como el epicentro del entorno), y por la relación que este establece con el espacio físico que lo circunda, designado como envolvente o contexto.

⁶ "Hermenéutica – genéricamente, la teoría de la interpretación del sentido" (Bleicher, 2002: 362).

Comunicação

O objectivo principal desta comunicação é propor ao arquitecto, enquanto projectista, um modelo teórico de interpretação do lugar arquitectónico que proporcione uma leitura do lugar ampliada em relação às que habitualmente se verifica no campo disciplinar da prática projectual. Para isso, socorremo-nos do domínio conceptual da hermenêutica⁷ contemporânea nas figuras de Gadamer e Ricoeur para formular e sustentar o referido modelo.

No âmbito deste trabalho e em primeiro lugar pensamos de alguma utilidade definir dois conceitos chave que informam a nossa investigação – *lugar arquitectónico* e *interpretação*. Relativamente ao primeiro conceito, *lugar arquitectónico*, a abordagem que fazemos do lugar, dentro de um conjunto de possíveis e diferentes abordagens (física, geográfica, antropológica, etc.), é específica: consideramos que o lugar arquitectónico tem como epicentro um edifício, considerado na relação que este estabelece com a envolvente. Portanto, o nosso lugar é físico, métrico e tridimensional, não cabendo neste contexto as novas realidades espaciais identificadas por Montaner como “espaços mediáticos, não-lugares e ciberespaços” (2001: 43). Apesar de a definição de lugar arquitectónico comportar a ideia de um edifício e da relação que este estabelece com a envolvente, o conceito de lugar é extensível ao local antes da construção do edifício. Assim, e no campo do domínio projectual, o terreno para o qual se está a realizar o projecto do edifício é considerado lugar, mas sempre referido como o lugar enquanto pré-existência.

Relativamente ao segundo conceito, *Interpretação*, esta, consiste na descoberta do sentido e significado de algo – geralmente, fruto da acção humana –, através de um conjunto de procedimentos formais. O conceito de interpretação na nossa investigação comporta duas orientações: num sentido, interpretar significa como dizer ou como exprimir, dando ênfase, deste modo, ao aspecto criativo de qualquer obra (o arquitecto faz uma interpretação do sítio, do programa, das intenções do cliente, ao realizar uma obra de arquitectura); noutro sentido,

⁷ “Hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido.” (Bleicher, 2002: 362).

interpretar significa explicar e compreender. “Podemos exprimir uma situação sem a explicar; exprimi-la é interpretá-la, mas explicá-la é também uma forma de ‘interpretação’” (Palmer, 1999: 30-31). Assim, sabemos que, ao abordar um lugar com o fim de fazer um projecto para construir uma obra, o arquitecto interpreta-o exprimindo, fazendo uma obra, mas ao explicar aquele lugar também está a interpretá-lo. Toda a criação do lugar é uma interpretação e toda a leitura do lugar é uma interpretação.

Após esta clarificação de conceitos e à luz dos pressupostos da hermenêutica Gadameriana e Ricoeuriana o conhecimento não é algo que se possui, mas algo em que participamos e algo em que nos situamos. O essencial na experiência estética de uma obra de arte não é, para Gadamer, nem o conteúdo nem a forma, mas a coisa significada, totalmente mediatizada numa imagem ou numa forma; a obra é um mundo com a sua própria dinâmica que inclui a experiência de quem a realizou e a experiência de quem a usufrui, num horizonte que inclui conjuntamente três realidades: a obra propriamente dita, uma parte do significado que ela adquire ao longo da sua existência e a nossa situação presente.

Considerando esta perspectiva pertinente para o campo disciplinar da arquitectura aplicável às obras arquitectónicas e aos lugares, propomos, incluir a historicidade da compreensão na interpretação dos lugares arquitectónicos quer na interpretação com um carácter de investigação quer na interpretação com um carácter projectual. Assim, consideramos que nenhum intérprete (seja o intérprete/investigador, o intérprete/autor, ou o intérprete/usufruidor), se encontra num modo de ser neutro quando analisa, projecta ou usufrui de um lugar, mas inserido num contexto de tradição que o marca historicamente num tempo e num espaço. Isto significa que criar ou construir um lugar é fazer uma interpretação sobre um conjunto de factores que variam no espaço e ao longo do tempo e a condição histórica de cada intérprete marca essa mesma interpretação. A par da materialidade (paredes, muros, vãos, ruas, acessos, espaços abertos, espaços fechados, etc.), nos lugares existem outros aspectos que permitem que cada intérprete veja algo que outro não vê e, portanto, os lugares podem adquirir uma multiplicidade de significados, tomando diferentes sentidos.

Caracterização do lugar arquitectónico

Partindo desta perspectiva, para além das suas características formais que nos são dadas pela *forma, figura, escala, função, tectónica, limites, acessibilidades, vistas e forma de implantação*, o lugar arquitectónico incorpora outras características como:

plurivocidade - porque proporciona leituras plurais pelo facto de ser um todo constituído pela combinação das diferentes partes e como um todo é passível de ser abordado por uma ou mais partes;

abertura - porque qualquer lugar é aberto às diversas leituras que se fazem dele, uma vez que comunica diferentes coisas mas nunca uma só;

continuidade - porque qualquer lugar é, para além das suas características físicas, as leituras que fazemos dele ao longo do tempo e essas leituras incluem o princípio da história efetual porque surgem na continuidade de outras leituras, em situação;

variedade dimensional - porque um lugar só tem uma dimensão física definida quando é representado, de outro modo, o lugar existe por relação com outros lugares, e por isso a sua dimensão varia;

mobilidade - porque o lugar altera as suas características físicas ao longo do tempo e, se altera as suas características físicas, o lugar muda. Ao mudar as suas características físicas transforma-se noutra lugar, existindo vários lugares para um mesmo sítio consoante as alterações que se operaram; e,

narratividade - porque o lugar é uma narrativa que consiste na invenção de uma intriga que se constitui como uma obra de síntese, com uma significação inteligível e coerente. O lugar é o resultado de uma interpretação que exprime alguma coisa e constrói-se como uma totalidade, pela síntese de um conjunto de elementos que soltos não querem dizer nada mas que, organizados têm um significado.

Imprimindo estas características ao lugar arquitectónico, ao interpreta-lo, este ganha uma outra dimensão para além da sua materialidade, ou seja, do que se encontra objectivado através da construção. Ao contrário das obras de carácter científico, que terão um sentido literal e unívoco, as obras de arquitectura, construídas como um todo pela composição de diferentes partes, são passíveis de

inúmeras interpretações, decorrentes da possibilidade de cada intérprete ver o todo a partir de algumas das suas partes, mas nunca de todas ao mesmo tempo.

Assim, para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade), e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros lugares), é também passível de variar dimensionalmente (porque a sua dimensão depende do ponto de vista) e de se alterar ao longo do tempo, transformando-se noutra lugar (porque as suas características mudam). Por outro lado, o lugar constrói-se como uma narrativa, ou seja, a partir da selecção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significante. Igualmente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio lugar tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete.

Também, um lugar é mais do que a soma das suas partes e, assim sendo, não pode ser interpretado através da decomposição em elementos, porque a passagem das partes ao todo que é o lugar requer uma nova estrutura e uma nova descrição. Se tratarmos a linguagem arquitectónica dos lugares através da sua dissociação em partes constitutivas estaremos a tratar somente o seu lado formal, mas, se tratarmos o lugar como um todo, então estamos a tratar o seu sentido, ou seja, a sua significação.

Um modelo de interpretação do lugar

Nesta perspectiva, e tendo os seus alicerces na teoria da interpretação textual desenvolvida por P. Ricoeur, o que o nosso modelo propõe são diversos tópicos enquadrados em dois eixos de leitura: um para tratar o lado formal do lugar (*eixo explicativo*), e outro o seu sentido (*eixo compreensivo*), tendo este último o objectivo de extravasar a análise formal, pondo em causa um tipo de leitura neutra, exterior, que se prende unicamente com os aspectos formais do lugar.

O primeiro eixo de leitura, o *eixo explicativo* assenta numa leitura estrutural do lugar que corresponde à análise do lugar a partir das suas articulações internas. Os tópicos utilizados para interpretar o lugar são: a *forma*, a *figura*, a *escala*, a *função*, a *tectónica*, os *limites*, as *acessibilidades*, as *vistas* e a *forma de implantação*. Este eixo de leitura permite objectivar o lugar e com isso obter o lugar como dado factual, passível de ser descrito e representado.

O primeiro tópico do eixo explicativo do lugar refere-se à *forma* do edifício (que constitui o epicentro do lugar arquitectónico que se pretende interpretar) e define-se como o conjunto das características exteriores do mesmo. A forma, para além de nos dar o *contorno* de um edifício, dá-nos igualmente a sua *dimensão*, através da altura, da largura e da profundidade.

A *figura*, o segundo tópico deste eixo de leitura, é a parte significável de um lugar a partir da sua aparência. A figura dá-nos o sentido que atribuímos a um lugar a partir das suas relações internas, ou seja, da sua estrutura.

A *escala*, o terceiro tópico, refere-se à maneira como percebemos ou julgamos o tamanho de algo por comparação a outro referencial. A escala dá-nos, não as dimensões reais de um lugar, mas sim o quanto um objecto é grande ou pequeno em relação ao tamanho de outro elemento que com ele se relacione.

A *função* refere-se ao uso que se dá a um determinado lugar. Podemos dizer que a função de um lugar depende mais do uso que vai adquirindo do que da situação original desse lugar, uma vez que um lugar pode ter sido pensado para determinada função e esta mudar ao longo do tempo.

A *tectónica* refere-se à experiência que a materialidade de um lugar nos proporciona, mais do que a imagem que o mesmo pode determinar. Os materiais de construção, a cor, a textura, a luz, o vento, o clima, são elementos através dos quais experienciamos um lugar. É portanto a partir da tectónica que a forma se manifesta, por um lado, através da realização material da mesma, por outro, pelo valor poético que os materiais imprimem à forma.

Por *limites* de um lugar entende-se o modo como definimos a dimensão e o contorno do espaço (ou campo) que estamos a tratar. Assim, numa leitura puramente formal, o limite de um lugar, que parte da relação de um edifício com o que o rodeia, dá-nos a envolvente definida pelas ruas e pelos edifícios adjacentes, encontrando-se dentro desses limites os elementos urbanos visíveis que envolvem o edifício e que lhe estão próximos.

As *acessibilidades* ou acessos referem-se aos elementos através dos quais se tem acesso a um determinado lugar. Tratando-se de um edifício, os seus acessos referem-se às passagens entre o espaço exterior e o interior do mesmo.

As *vistas* constituem-se por aquilo que se vê de determinado lugar e pela visão que se tem do mesmo de diferentes pontos de observação. Deste modo, no primeiro

caso, as vistas têm a ver com a natureza dos pontos de interesse e com a orientação do edifício e, no segundo caso, a dimensão, a orientação e a posição do edifício condicionam a forma como o vemos.

O último tópico incluído no eixo explicativo, a *forma de implantação*, trata o modo como o edifício se implanta em relação ao terreno pré-existente e à envolvente próxima.

Através deste eixo de leitura, de carácter formal, obtemos o lugar na generalidade, ou seja, fora de qualquer contexto que o localize historicamente. O lugar é visto isoladamente, a partir da análise dos seus aspectos formais, permitindo-nos obter o lugar objectivado, o que por sua vez possibilita a respectiva descrição e representação.

O segundo eixo, o *eixo compreensivo* inclui o espaço, o tempo e os intérpretes (autor, investigadores e usufruidores) como componentes de vida do lugar que se pretende interpretar. Ao incorporar na leitura do lugar o *mundo da obra* na sua dimensão espacial e temporal, assim como o papel dos seus intérpretes, o lugar arquitectónico adquire um carácter de *não objectividade*, já que o lugar nunca se apresenta como um objecto acabado. Este eixo convoca cinco tópicos: *juízos prévios, leituras passadas, contextos temporais, níveis dimensionais e valor relacional*. A partir deles podemos obter uma leitura do lugar na sua singularidade e na sua unicidade.

O tópico referente aos *juízos prévios* remete para o facto de, ao compreender ou ao intervir num lugar qualquer intérprete está sob a actuação de algumas *concepções prévias* que lhe chegam pela tradição, através da qual os seus *preconceitos* são modelados. As diferentes interpretações ou propostas arquitectónicas que possamos fazer para um determinado lugar são múltiplas e variadas mas não são aleatórias. Apesar de o projecto arquitectónico se centrar num procedimento lógico e racional a partir de um problema específico, todo o processo de elaboração do projecto é interpretativo e exige do arquitecto uma tomada de sucessivas decisões baseadas em escolhas que conseqüentemente implicam exclusões e que, por sua vez, permitem que o resultado seja sempre diferente, consoante o autor e a época em que este se encontra. Essas escolhas, não sendo aleatórias, nem subjectivas como à primeira vista poderia parecer (uma vez que existem uma infinidade de possibilidades), derivam do nosso enraizamento numa

dada cultura e numa dada sociedade. Tomando como exemplo, os lugares definidos pelo Hotel Ritz⁸ ou pelas Torres das Amoreiras⁹ podemos reconhecer que um e outro pertencem a épocas, a estilos e a autores diferentes.

No primeiro caso, e dada a semelhança com outros edifícios construídos na mesma época e à maneira da Carta de Atenas, o olhar do seu intérprete (autor) estaria desde logo condicionado por um conjunto de preconceitos que o levaram a desenhar aquele lugar com determinadas características.



Fig. 1 – *Caribe Hilton Hotel, San Juan*. Arqs. Toro, Ferrer e Torre Grosa (in Anónimo, 1953).

Fig. 2 – *Hotel Ritz, Lisboa*. Arq. Porfírio Pardal Monteiro (in Magalhães, 2000a).

No segundo caso, as Torres das Amoreiras, a dimensão e o tipo de mega-estrutura dos edifícios de habitação, serviços e comércio caracterizam um tipo de construção que começou a verificar-se na década de 80 em Portugal. Também o uso de cores exuberantes, frontões, arcadas, óculos, frisos e pórticos em excesso identificam o edifício, mais uma vez, com um estilo e uma época, à semelhança do que acontece com outros.



Fig. 3 – *Marne-la-Vallée*. França (1978-1983). Arq. Ricardo Bofill (in <<http://www.britannica.com>>, 19 de Março 2007).

Figs. 4 – *Torres das Amoreiras*. Lisboa, 1985. Arqt^o Tomás Taveira. (Fot. Teresa Madeira, 2005).

⁸ O *Hotel Ritz* (1952-1959), foi projectado pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, construído em Lisboa e inaugurado em 1959.

⁹ As *Torres das Amoreiras* foram projectadas pelo Arqt^o Tomás Taveira, e construídas em Lisboa em 1985.

Em ambos os casos se reconhece uma determinada época e um determinado estilo, uma vez que os edifícios que deram origem a estes lugares se enquadram num tipo de linguagem e de estilos próprios da época e da cultura de onde surgiram. Se qualquer intérprete aborda um lugar com uma ideia preconcebida, esta condiciona a realização desse mesmo lugar.

Este tópico permite compreender que qualquer interpretação do lugar se inscreve sempre num *horizonte de possibilidades* e pressupõe sempre uma *familiaridade*, uma *competência prévia*, uma *pré-comprensão* do mundo que habitamos. A construção de um lugar emerge assim da situação histórica do autor e da experiência vivida por este. Este tópico leva-nos a crer que, o significado de um lugar não pode ser visto nos seus próprios termos dado que não podemos abandonar o presente e enveredar pelo passado. Pelo contrário, o significado de um lugar do passado define-se em termos de questões que se lhe colocam a partir do presente (Palmer, 1999: 185), estando essas questões alicerçadas em pressupostos ou juízos prévios decorrentes do próprio presente.

Assim, podemos afirmar que no acto de projectar um edifício, o lugar pré-existente não é determinante para o resultado final operado através da concepção arquitectónica e, por conseguinte, para o novo lugar, mas é antes utilizado como um dado operativo, tal como, por exemplo, o programa; isto porque quando o arquitecto aborda um lugar já tem uma *pré-ideia* que condiciona a possibilidade desse lugar, resultante da época e da cultura onde se inscreve. Dito de outra forma, um *sítio pré-existente* não é a causa determinante ou necessária de um lugar arquitectónico, embora seja na maioria dos casos assimilado como fonte geradora de uma ideia. As condicionantes são condicionantes na medida em que constituem um meio para resolver um determinado problema, mas as soluções podem ser múltiplas e variadas e, neste sentido, podemos dizer que existe uma predisposição ou um preconceito por parte de quem constrói que permite que o resultado seja sempre diferente.

O tópico *leituras passadas* refere-se às várias interpretações que se vão construindo, cruzando, interligando e sobrepondo no tempo e no espaço e que nos chegam através da continuidade do lugar, em função das questões que este levanta ao longo do tempo. Como qualquer interpretação incorpora as interpretações anteriores a ela e o seu significado corresponde ao sentido que essa mesma interpretação tem para o intérprete no momento em que ele se

encontre. Assim, as interpretações de um lugar (que constroem a história desse lugar), são construções sempre contemporâneas baseadas na dialéctica entre passado e presente e orientadas pelo interesse de quem as produz. Este tópico interessa-nos porque muitas vezes encontramos interpretações onde é confundido o contexto da obra arquitectónica que gera esse lugar com a ideologia do seu autor ou com o contexto político e social da época em que foi produzido, criando uma leitura distorcida desse mesmo lugar.

Para a leitura do lugar a partir deste tópico, tomamos como exemplo novamente o caso do Hotel Ritz construído em Lisboa. O Ritz é informado por um conjunto de leituras que se revestem de aspectos singulares e contradições aparentes: é tido como moderno, mas também como tradicional (Magalhães, 2000b: 64); é visto como um bloco isolado em relação à envolvente, mas foi todo pensado e projectado em função do terreno e da envolvente onde se situa (Monteiro, 1954: 14-15, vol.I). Constitui-se igualmente como um edifício de excepção – foi admirado por uns e repudiado por outros, tornando-se um edifício, de certo modo, enigmático: se alguns lhe atribuíram uma “atitude afirmativa e *arrogante* (...) no seu diálogo com a cidade” (Magalhães, 2000a: 138), outros consideraram-no “uma das melhores e mais modernas ‘salas de visitas’ do país” (Becker *et al.*, 1998: 209), ou ainda “mais infeliz” em relação ao projecto do Hotel Tivoli (França, 1991c: 255), obra projectada pelo mesmo autor. Se, durante a obra do hotel se criou uma espécie de “pequeno mistério” (Silva, 1959: 55), à volta da construção da sua estrutura, também podemos observar que afinal nada de anormal aconteceu. Se feriu “os espíritos mais retrógrados” (Silva, 1959: 55), também a geração mais jovem considerou que nele teria “falhado a arquitectura” (Santa-Rita e Simões, 1960: 53). Recentemente foi visto como uma resposta banalizada do Estilo Internacional, “ao consumo de modelos e às exigências comerciais” (Tostões, 2004a: 149). Já foi capa de revista,¹⁰ protagonista de diversos anúncios publicitários,¹¹ mas foi também vítima de muitos boatos, como refere Castro Caldas (Caldas, 1997: 95). *Insólito* (Santa-Rita e Simões, 1960: 53), *singular*, *ambíguo*, *paradoxal*, *complexo* e *contraditório* (Magalhães, 2000a: 2-3), são alguns dos adjectivos que encontramos quando se fala do Hotel Ritz.

¹⁰ Ver *Binário*, 1959, n.º 13, número especial dedicado ao Hotel Ritz.

¹¹ Ver *Binário* n.º 13 ou *Arquitectura*, n.º 66, ambos de 1959, entre outros.

Também quanto ao perfil do seu autor – Pardal Monteiro –, as leituras são diversas e contraditórias: se foi visto, no seu tempo, como um homem de grande valor criador (Almeida, 2002: 66) ou, mais tarde, como “uma grande figura” (Caldas, 1997: 15), também foi considerado um homem de vistas curtas, “sem grande consciência nem empenho estético, nem gosto apurado” (França, 1991c: 255). Iguualmente, da sua vida privada diz-se que pouco se sabe, mantendo, no entanto, com o poder uma “relação ambígua” (Caldas, 1997: 15). No quadro da sua profissão, há quem refira que se pautou “por uma ambiguidade resultante de pulsões e de desejos mas também de uma vontade férrea...” (Caldas, 1997: 96), e que “o ‘rasto’ do arquitecto é tão extenso e variado, tão intenso e tão cheio de contradições que não podia ter deixado de suscitar ressentimentos, incompreensões e equívocos...” (Caldas, 1997: 15). Pardal Monteiro morreu dois anos depois de ter um enfarte, mas até em relação à sua morte se diz que esta “originou uma espécie de lenda” (Caldas, 1997: 15).

À luz do modelo de interpretação que construímos para a leitura do lugar e através das leituras que fazemos das leituras passadas acerca do Ritz, podemos perceber que estas ou se enquadram em estudos que sobrevalorizam uma lógica cronológica, tendo como pano de fundo a evolução do modernismo em Portugal,¹² ou se inserem no âmbito de estudos preocupados com o conjunto da obra do autor.¹³ Em ambos os casos podemos perceber que a estratégia é, antes de mais, entender a obra a partir da vida do autor e no contexto global ideológico em que este se insere, e não a partir da compreensão do próprio edifício e do lugar que se criou a partir dele.

Se o contexto referente à inserção da obra no lugar e o contexto da linguagem arquitectónica em que foi produzida a obra (e as linguagens arquitectónicas subsequentes) são importantes para perceber o lugar, já o contexto do autor, no que se refere à ideologia ou ao regime político, se revestem de uma enorme subjectividade para a compreensão do lugar.¹⁴ À luz da tentativa de contextualizar a obra quer a partir da vida do autor, quer a partir da reconstrução do contexto

¹² É o caso das obras de José Augusto França, Ana Tostões, Ana Magalhães, Pernes e Sérgio Fernandez, citadas na bibliografia específica.

¹³ É o caso das obras de João Vieira Caldas e Ana Assis Pacheco e também Ana Magalhães, constituindo a obra desta autora a mais específica e abrangente sobre o Ritz.

¹⁴ Podemos questionar: para apreciar obras maiores como o Partenon ou o Tasmahal interessa-nos conhecer a vida do seu autor, ou o contexto ideológico onde este se encontrava?

primitivo (político, cultural e social), o Ritz não é olhado como obra, como um lugar que existe na história e por isso apresenta uma aparente ambiguidade. Mas se o lugar do Ritz possibilita diferentes leituras, essa possibilidade não se deve ao facto de este ser ambíguo ou contraditório, mas antes, de ter uma relevância continuada e, deste modo, levantar questões aos seus intérpretes que, por sua vez, se encontram numa situação histórica diferente.

Se tentarmos compreender o Ritz a partir da relação que este estabelece com a envolvente, com a consciência de que não queremos compreender o lugar a partir da vida do autor e no contexto global ideológico onde ele se insere, percebemos facilmente a clareza da solução encontrada: por um lado, é o reflexo de um conjunto de preconceitos da época, marcadamente modernistas; por outro, utiliza o sítio enquanto pré-existência como um dado a ter em conta para a resolução do problema formulado na encomenda, a partir da relação com a vista mais interessante, com a topografia e com os edifícios envolventes. Se observarmos a forma como as entradas foram colocadas, a posição dos quartos e dos terraços (de modo a tirar partido das vistas mais favoráveis), percebemos que o lugar enquanto pré-existência foi um dado do problema.

O que é posto em causa, na maioria das leituras que encontramos, é o modelo cultural e ideológico do autor ou da época em que se insere, e não a solução encontrada. Ora, se o contexto referente à inserção da obra no lugar e o contexto da linguagem arquitectónica em que foi produzida a obra (e das linguagens arquitectónicas subsequentes) são importantes para compreender o lugar, já o contexto do autor, no que se refere à ideologia ou ao regime político, se revestem de uma enorme subjectividade para a compreensão do lugar.

A importância deste conceito reside, portanto, no facto de qualquer leitura do lugar depender da nossa própria situação: se não vivemos num horizonte fechado, também não vivemos num horizonte único. O conceito de fusão de horizontes explorado por Gadamer assenta, deste modo, na comunicação entre duas consciências diferentemente situadas que se cruzam. A situação de cada uma delas revela-se pela tensão existente entre o momento em que nos encontramos e o que nos é transmitido do passado.

O tópico *contextos temporais* prende-se com o carácter de *acontecimento* que imprimimos ao lugar arquitectónico. Se o lugar se caracteriza como algo que *ocorre*,

toma lugar, ou *sucede* numa determinada região do espaço ao longo de um determinado período de tempo, então a leitura do mesmo inclui o espaço e o tempo de vida desse lugar e, desta forma, a diversidade de contextos para o mesmo lugar.

A existência do carácter de mutabilidade do lugar em termos físicos prende-se, numa primeira instância, com questões muito objectivas. No momento em que tentamos abordar o tema com algum sentido prático, ou seja, quando tentamos captar o lugar através do estudo de uma obra determinada, deparamos com a dificuldade em defini-lo. Como é aquele lugar? Quando foi definido? Como é hoje? Como era no passado? Como irá ser no futuro?¹⁵ Estas são perguntas de difícil resposta se apenas recorrermos aos meios habituais de analisar as obras arquitectónicas. Quando se fala de lugar (sendo o lugar um edifício e a sua relação com a envolvente), a primeira questão que se coloca prende-se com a definição temporal desse lugar, ou seja, desse *contexto*.¹⁶ Qual lugar? Anterior à construção do edifício? No momento da construção? Ou na actualidade? Como se compreende, teremos de definir ou escolher *o contexto* partindo do pressuposto de que há várias hipóteses, desde o *contexto de origem* até ao *contexto presente*.

Se atentarmos, à caracterização da Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, percebemos que esse lugar revela a existência de diferentes contextos e por conseguinte diferentes lugares, que esquematicamente se apresentam na Figura 5.

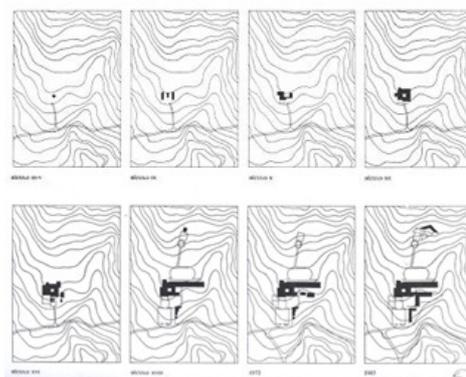


Fig. 5 – Caracterização da evolução do edifício desde o contexto de origem até ao contexto presente. Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães (in DGEMN, 1985).

¹⁵ A tentativa de definição de lugar, à luz da explicação de *tempo* introduzida por Heidegger, pode ajudar-nos a compreender o problema: “O tempo encontra-se para já, no ente mutável: a mudança dá-se no tempo. Ao encontrá-lo desta maneira – nomeadamente como aquilo ‘em que’ o mutável se dá – captamo-lo como quê?” (Heidegger, 2003: 27). Para o lugar, a questão coloca-se de forma semelhante: “Qual é aquele lugar? Se está sempre a mudar... captamo-lo como quê?”

¹⁶ Contexto, neste âmbito, refere-se às circunstâncias físicas do lugar.

Mas levanta-se a seguinte questão ao analisarmos lugares cujo epicentro reside nos edifícios construídos no passado: devemos analisar o edifício em contexto passado – no *contexto de origem* – ou a partir do contexto que hoje encontramos – no *contexto presente*? A resposta a esta questão poderá parecer simples, se pensarmos que o nosso objectivo é analisar obras do passado; pode parecer que o mais lógico seria estudar os edifícios a partir do contexto de origem. Mas, ao tentarmos estudar o contexto de origem, como é que o conseguimos reconstruir? Nas palavras de Gadamer, como conseguir a “*determinação original*” de uma obra?¹⁷ Se quisermos definir correctamente o que estamos a fazer quando tentamos reconstruir o contexto original de uma obra de arquitectura, devemos reconhecer que não estamos senão a dar corpo a uma segunda criação, ou seja, estamos a criar a *reprodução da produção original*.¹⁸ Assim ao projectar ou interpretar um edifício antigo, pré-existente e ao tentarmos reconstruí-lo tal como era na sua versão original, percebemos que antes de mais, o que estamos a fazer não é uma tarefa objectiva, mas antes uma recriação; ou seja, não é mais do que um exercício imaginativo.¹⁹

No caso particular da leitura do lugar, ao tentarmos apoderar-nos do *contexto de origem* podemos levantar a seguinte questão: que garantias existem acerca da existência de todos os elementos que caracterizam o *contexto de origem*, uma vez que ele, actualmente, já se encontra modificado? Podemos ainda considerar que, para a leitura do lugar, o *contexto de origem* tem dupla existência: o contexto anterior à construção e o que resultou directa e imediatamente da construção. Uma vez que o *contexto de origem*, e especificamente o local onde foi implantado o edifício, se transformou – num primeiro momento pela implantação da obra num determinado sítio (no sentido fundacional) e depois ao longo dos anos –, nada nos garante que os elementos de que dispomos revelem a totalidade desses dois

¹⁷ *Schleiermacher*, na perspectiva da hermenêutica romântica, tenta “reconstruir na compreensão, a determinação original de uma obra”, ou seja, tenta compreender uma obra através da reprodução original do autor. Gadamer, a esse propósito, levanta a seguinte questão: “... o que se alcança por esse caminho é realmente o que buscamos quando tentamos encontrar o *significado* da obra de arte [?]” (Gadamer, 2004: 233-234).

¹⁸ Segundo o mesmo autor, face à historicidade do nosso ser, “... a vida reconstruída, recuperada do alheamento, não é a original” (Gadamer, 2004: 234).

¹⁹ Como salienta Gadamer, “... a investigação do ocasional, que complementa o significado das obras de arte, não está em condições de reconstruí-las. Continuam sendo frutos arrancados da árvore. Fazendo-os retornar ao seu contexto histórico, não se adquire nenhuma relação vital com eles, mas apenas uma relação imaginativa” (Gadamer, 2004: 235).

primeiros contextos. Por outro lado, podemos pensar que não conhecemos o *contexto de origem* na sua essência: o que nos é dado a conhecer são as suas representações e imagens (expressas sobretudo no levantamento do terreno e nos desenhos de projecto).

Qualquer lugar parte de um elemento histórico e culturalmente distante, que é o lugar de origem, ao qual se somam diferentes mudanças e diferentes olhares sobre esse lugar, também eles histórica e culturalmente localizados, resultando, em diferentes lugares e em diferentes leituras ao longo do tempo.

O que se pretende com este tópico é identificar os momentos a partir dos quais o lugar se caracteriza, desde o aparecimento do edifício inicial (contexto de origem) até à actualidade (contexto presente), não com o objectivo de imitar o que já tinha existido, mas para compreender a forma como esse lugar chegou até nós.

Ao recuperar um edifício, a intenção do projectista não é a de reconstruir o contexto de origem, porque isso seria uma impossibilidade, e não é também destruí-lo, mas recuperá-lo e ampliá-lo com a linguagem da época onde o próprio projectista se situa, marcando, deste modo, mais uma época e um tempo de vida desse lugar. O intérprete actual pode, assim, colocar o edifício pré-existente para além do horizonte limitado da sua situação de origem, fazendo coincidir o lugar distante (de origem) com o lugar actual.

Definindo temporalmente o lugar (incluindo a temporalidade narrativa), o interesse deste tópico é perceber que o lugar pode ter diferentes leituras: desde o contexto de origem (com a construção do edifício, como elemento fundador) até ao contexto presente e que as leituras dos lugares feitas a partir de um único contexto remetem os lugares para a categoria de objectos factuais e não para entidades que se situam na história, se transformam e têm vida própria. Importa entender que as diferentes intervenções num determinado lugar são sempre construções contemporâneas baseadas na dialéctica entre passado e presente, e orientada pelo interesse de quem a produz.

O tópico dos *níveis dimensionais* decorre do facto de o lugar não ter, em termos físicos, um princípio e um fim objectivos, porque não tem limites definidos, a não ser enquanto representação. Deste modo, o mesmo lugar, passível de ser representado de diferentes maneiras, contém limites que são impostos pela própria representação, variando consoante o ponto de vista ou a intenção do autor e do

observador. Para melhor compreender o que acabamos de dizer, recordemo-nos de Gregotti, quando nos diz que, ao fazer uma representação de um lugar arquitectónico, elegemos um conjunto de significados através de critérios de representação. Se estes já de si são insuficientes para além de um determinado limite dimensional, são igualmente formas apoiadas na geometria e estas não representam mais do que as notações simbólicas referentes à própria geometria, e por isso também são limitativas (Gregotti, 2004: 31). Mas, se representar um lugar depende sempre de um horizonte inerente ao interesse específico do seu intérprete ou usufruidor, assumindo ele, deste modo, sentidos nitidamente diferentes, o que nos interessa é que a leitura de um lugar a diversas escalas não é única e indiferente, possuindo a dimensão um poder de especificação muito particular. É fácil perceber o que acabamos de dizer se pensarmos num lugar concreto e tentarmos lê-lo a diferentes distâncias e sob diferentes perspectivas. Deste modo, na linha de Gregotti, “existem, por exemplo, limites dimensionais de mudança de significado para formas iguais” (2004: 55). A escalas diferentes, o mesmo lugar tem significados diferentes – a cada dimensão corresponde um sentido; a mesma forma pode ter sentidos diferentes e as relações que se criam com a envolvente têm leituras diferentes consoante a escala ou a dimensão com a qual trabalhamos ou que encontramos. Desta forma, a representação do lugar não pode ser confundida com a representação da realidade, uma vez que a representação é coincidente com aquilo a que podemos chamar a actividade configuradora, que implica uma escolha e uma interpretação de quem representa: ninguém representa da mesma maneira um lugar existente (levantamento), assim como ninguém projecta para um mesmo local a mesma obra, mesmo que as condições de programa, custos, prazos, cliente, etc., sejam as mesmas.

Colocando a questão em termos práticos: quando pretendemos fazer a leitura de um lugar numa determinada zona da cidade, ao quisermos impor um limite, em termos físicos, para a zona envolvente, várias são as questões que se colocam. Como circunscrever um lugar ou como descrevê-lo formalmente? Partindo do princípio de que o limite da zona envolvente enquadra os edifícios e os diferentes elementos urbanos confinantes (ruas, passeios, viadutos, muros, escadas, etc.), esse limite situar-se-á a eixo das ruas, dividindo-as ao meio, ficando uma das frentes de rua dentro dos limites da zona e a outra fora? Ou, pelo contrário, os limites

incluem as duas frentes de rua, dividindo os quarteirões ao meio? Se for esta a opção, essa divisão será feita pelos limites dos logradouros ou pelos limites da edificação? Podemos perceber que, quando falamos de lugar na relação que a obra estabelece com a envolvente, o limite formal é dificilmente definível porque não passa de uma abstracção.

Em concreto, *delimitar* um lugar constitui uma tarefa que levanta uma infinidade de possibilidades. Se pensarmos no lugar cujo epicentro é o Hotel Ritz, podemos perceber que o podemos ler a partir de diferentes níveis dimensionais. Para uma possível leitura do lugar arquitectónico, parece-nos particularmente interessante considerar os níveis dimensionais referidos por Gregotti – o geográfico, o topográfico e o do objecto (2004: 53).

Assim, podemos perceber que a leitura que se tem da relação da obra arquitectónica com a envolvente é diferente, consoante se lê a partir de um ponto de vista longínquo – território –, ou a partir de um outro ponto de vista, neste caso a partir da rua e dos edifícios confinantes – circunstante.



Fig. 6 – *Limite territorial*. Hotel Ritz (a partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).

Fig. 7 – *Limite pelo circunstante*. Hotel Ritz (a partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).

Fig. 8 – *Limite pelo edifício*. Hotel Ritz (a partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).

De um ponto de vista longínquo, aumenta a possibilidade de se reconhecer estruturas e perde-se a capacidade de reconhecer o pormenor. Ao contrário, do ponto de vista da envolvente próxima, reconhecemos facilmente o pormenor e dificilmente as direcções e o modo como se estrutura o conjunto. Em ambos os casos, a relação que

se estabelece com a envolvente nunca poderá ser a mesma e a leitura que se tem do *mesmo* lugar é sempre diferente. Se o lugar pode ser lido “de perto” tomando uma dimensão ou ser lido “de longe” tomando outra dimensão, este dificilmente tem limites definidos. Sendo o produto de uma rede de possibilidades, a sua leitura não é estática; o lugar nunca se define por si próprio, mas sempre na relação com outros lugares e segundo diferentes pontos de vista.

Os lugares gerados a partir dos edifícios de maior dimensão como são os casos do Hotel Ritz, ou das Torres das Amoreiras, têm sentidos diferentes consoante sejam lidos a nível territorial, constituindo-se como um marco na paisagem e uma referência para a cidade em relação ao seu conjunto, ou a partir do nível da envolvente, cujo sentido é conotado com uma dimensão cenográfica.

Se a representação da dimensão de um lugar tem um poder de especificação muito particular, alterando a percepção da forma, da figura, da escala, dos limites, das acessibilidades e das vistas desse lugar, as diferentes representações da dimensão de um lugar têm, para um mesmo lugar, significações diferentes. Como o lugar só tem um limite definido (objectivado) se for representado, é a representação que lhe impõe o limite, dependendo este do horizonte inerente ao interesse específico do seu intérprete, razão pela qual o lugar assume diferentes sentidos consoante a dimensão com que o representamos. Mas se a representação do lugar é útil, no plano operativo, como forma de o objectivar, ao interpretar ou ao projectar um lugar, importa ter presente a possibilidade de ler os lugares a partir de diferentes escalas, de diferentes pontos de vista – de longe ou de perto –, de diferentes tipos de percursos – a pé ou de automóvel. O que aqui é posto em causa é a interpretação dos lugares associada a uma racionalidade formal que os transforma num objecto estático e isolado ao contrário da leitura que assenta numa rede de possibilidades uma vez que o lugar nunca se define por si próprio, mas sempre na relação com outros lugares e segundo diferentes pontos de vista. Assim, o tipo de relação que se estabelece entre lugares pode dar legibilidade a esses mesmos lugares.

O tópico referente ao *valor relacional* decorre do facto de o lugar arquitectónico assentar na relação entre o edifício e a envolvente e, deste modo, ser entendido como uma totalidade nova, não pela soma do edifício com a envolvente, mas antes pela relação de pertença que se cria entre um e outra.

Quando se aborda o lugar na perspectiva da relação do edifício com a envolvente a partir da leitura formal (alicerçada na leitura estrutural referida anteriormente), somos remetidos normalmente para a *separação* do edifício e da envolvente. É comum pensar que, se da relação do edifício com o sítio resultar um equilíbrio harmónico, ele (sítio) poderá manter-se, pressupondo-se deste modo que são entidades separáveis.²⁰

Do nosso ponto de vista, e ao contrário desta perspectiva, se a coisa contida (o edifício) abandona o lugar, este transforma-se noutro lugar, uma vez que o edifício estabelece vínculos com a envolvente.

Tomando como exemplos, e para começar o desenvolvimento deste tópico, as Piscinas de Leça da Palmeira²¹ e as Torres das Amoreiras, percebemos que tanto num como no outro caso, embora o tipo de opção em relação à forma de implantação seja diferente, foram criados vínculos entre o interior e o exterior que nos impossibilitam de ler o lugar separando a envolvente da obra. O exterior só existe em relação com o seu interior, ou seja, só existe um exterior porque ele depende do interior e vice-versa.

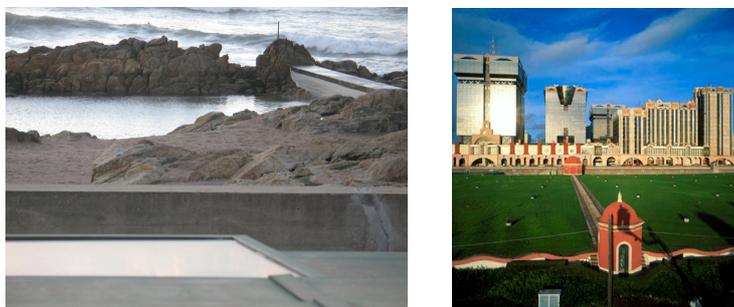


Fig. 9 – *Vista geral.* Piscinas de Leça da Palmeira. Ar. Siza Vieira. (Fot. Teresa Madeira, 2007).

Fig. 10 – *Vista geral.* Torres das Amoreiras (Fot. Luís Pavão, Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico).

Nesta perspectiva, interessa-nos o conceito de pertença, incluindo a relação de inclusão entre o edifício e a envolvente, uma vez que essa relação passa a definir o lugar. A partir deste conceito passa a existir uma relação de inclusão e não de

²⁰ Recordamos aqui as palavras de F. Távora anteriormente citadas: “A relação do edifício com o seu sítio é de importância capital e embora normalmente, e sob o ponto de vista da dimensão, o sítio predomine sobre o edifício, a verdade é que este embora pequeno, pode destruir totalmente aquele, quando o que seria de desejar era a obtenção de um equilíbrio harmónico entre os dois elementos em presença” (Távora, 1996: 59).

²¹ As Piscinas de Leça da Palmeira (1961-1966), situam-se em Matosinhos e foram projectadas pelo Arq. Álvaro Siza Vieira na década de 1960.

oposição. Um lugar só existe enquanto tal porque está lá um determinado edifício e não outro.

Se olharmos hoje para os lugares onde se localizam os dois exemplos que tomámos para ilustrar este tópico – as Piscinas de Leça da Palmeira e as Torres das Amoreiras, não os olhamos a pensar nos *sítios* que existiam anteriormente, separados dos edifícios que os determinam actualmente, uma vez que se criou uma relação de pertença entre o edifício e a envolvente e, por isso, um novo lugar; olhamos para uma nova realidade constituída pela envolvente e pelo edifício.

Nesta perspectiva, o edifício e a envolvente não são duas realidades independentes das suas relações, pois nem o edifício nem a envolvente são prévios à relação, uma vez que é esta que constitui o próprio lugar. O lugar não é a soma destas duas entidades, mas a própria relação que se estabelece entre elas. O espaço envolvente faz parte do próprio edifício, criando relações com ele que lhe dão continuidade, e por isso passa a pertencer-lhe.

Deste modo, podemos verificar que todos os edifícios têm uma relação com o lugar pré-existente: “... uma obra é inseparável da forma da sua implantação no terreno”.²² Depois, podemos perceber o facto de existirem diferentes tipos de relação que se estabelecem: uns mais vinculados às condições da pré-existência (como é o caso das Piscinas de Leça) – aquilo a que Frampton chamou a arquitectura do *regionalismo crítico*²³ –, outros menos – como é o caso de alguns exemplos do Estilo Internacional, as casas dos emigrantes,²⁴ ou ainda edifícios como os das Amoreiras.

Em ambos os casos é inegável que existe uma relação com o sítio pré-existente. Se no primeiro caso, nas Piscinas de Leça, a relação é mais alargada, porque inclui percursos, pontos de vistas, muros e edifícios realizados em função daquele terreno e não de outro, nas Torres das Amoreiras essa relação é menos óbvia. Aqui, e apesar de se identificar a existência de um eixo entre as Torres e um dos elementos do aqueduto, não é esse facto que faz com que o edifício tenha uma

²² De acordo com Frampton, “o presenciar de uma obra é inseparável da forma da sua implantação no terreno e o ascender da sua estrutura através da combinação de apoio, vão, alheta, e junta, do ritmo do seu revestimento e da modelação da sua fenestração” (1998: 20).

²³ Por exemplo, naquilo a que Frampton designou de *regionalismo crítico*, onde “em vez de [se] enfatizar a construção como um objecto independente, [se faz] a ênfase incidir sobre o território a ser estabelecido pela estrutura erguida no lugar”, e deste modo, são enfatizados certos aspectos específicos do lugar como a topografia, o clima, as vistas e o jogo de luz que incide sobre o lugar (Frampton, 2000: 396).

²⁴ Segundo Muntañola, alguns exemplos do Estilo Internacional, ou de casas de emigrantes que repetem, no seu país de origem, a arquitectura do país para onde imigraram, independentemente das condições locais de cada um deles (Muntañola, 1981: 107).

relação maior ou menor com a pré-existência. Independentemente de existir ou não uma relação directa através de determinada geometria, alinhamentos, eixos, etc., ou seja, de aspectos de ordem formal, só o facto de qualquer edifício se implantar num determinado sítio estabelece sempre vínculos ou relações com esse lugar. Ele é sempre condicionado e passará a ser sempre condicionante.

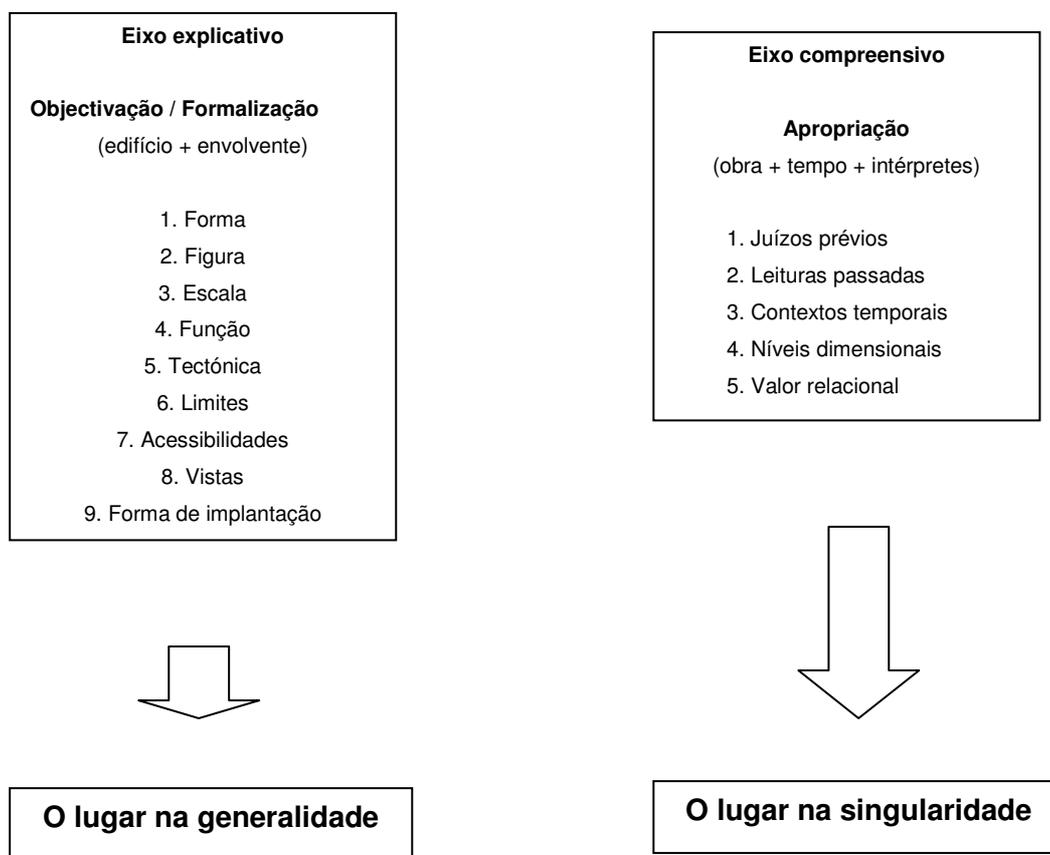
Se o conceito de pertença assenta na relação inclusiva ou englobante entre o sítio (como pré-existência), pretensamente autónomo, e o edifício (como construção nova), pretensamente adversa, este conceito dá-nos o entendimento do lugar como uma totalidade nova: o exterior e o edifício passam a *pertencer* um ao outro – o exterior passou a depender da obra e vice-versa. O lugar arquitectónico é a relação, ou seja, a *pertença* pela qual os dois se manifestam. À luz deste conceito, ao incluir uma obra nova num lugar, o lugar passa a ser outro. A obra estabelece vínculos com o lugar e por isso passa a pertencer-lhe, o que implica ultrapassar a ideia da integração (ou não) da obra na envolvente.

Se é a relação entre o edifício e a pré-existência que constitui o próprio lugar, vamos, ao projectar um edifício para um lugar, considerar que o lugar pré-existente condiciona o novo lugar, tornando-se este condicionador de organizações futuras, e deste modo perceber que tipo de relação (ou que tipo de vínculos) se estabelece: ou mais vinculada às condições das pré-existências, quando parte de dados que estão inscritos no lugar pré-existente (restos, memórias, fragmentos, directrizes) – o que lá está é entendido como inacabado e há que o continuar, como acontece nas Piscinas de Leça –; ou menos vinculada às condições pré-existentes – aqui encontramos respostas figurativas a uma situação particular de programa, onde o objectivo é captar a atenção e a visibilidade, reconhecendo-se uma maior autonomia em relação ao espaço físico envolvente, como acontece com as Torres das Amoreiras.

Conclusão

Através dos tópicos inscritos no modelo de interpretação que propomos a partir dos contributos de dois campos disciplinares distintos (por um lado, o da filosofia hermenêutica; por outro, o da arquitectura), pudemos fazer uma revisão crítica acerca da forma como se interpreta os lugares, tanto no domínio da análise associada à crítica como no domínio projectual.

Os tópicos inscritos no eixo explicativo do nosso modelo do lugar interessam-nos enquanto arquitectos projectistas porque permitem descrever e representar o lugar tendo em conta exclusivamente as suas relações internas. Assim, através da *forma, figura, escala, função, tectónica, limites, acessos, vistas e forma de implantação* obtemos o lugar como objecto factual, a partir do qual podemos identificar o lugar que estamos a tratar.



Os tópicos pertencentes ao eixo compreensivo do nosso modelo, referentes à apropriação do lugar (*juízos prévios, leituras passadas, contextos temporais, níveis dimensionais e valor relacional*), interessam-nos porque permitem entender o lugar incluindo a experiência humana da compreensão através da sua condição histórica, onde o intérprete ganha destaque e o lugar adquire diferentes sentidos. Os lugares que habitamos não se manifestam na sua totalidade se nos limitarmos a explicar os seus aspectos formais. Nesta perspectiva, o que estamos a fazer é, tão-só, descrever objectos arquitectónicos, em vez de compreender lugares.

A consciência da historicidade de qualquer intérprete responsabiliza o próprio intérprete ao organizar o espaço e o território onde se insere, fazendo-o entender que o que perdura nas cidades e lugares são os valores que nos chegam pela tradição. Os lugares, cujas características revelam o momento em que se realizou a obra arquitectónica que lhes deu origem, são respostas às questões colocadas na época em que foram criados e, desse modo, são esses lugares que, do ponto de vista desta investigação, mantêm uma relevância continuada.

Julgamos que o que deverá ser compreendido através do modelo de interpretação é, por um lado, o lugar autónomo em relação ao autor e à época em que foi produzido, porque, como lugar fixado, é autónomo em relação à sua situação primitiva e, por outro, o lugar como entidade em aberto uma vez que é dirigido a todos os potenciais utilizadores de todas as épocas posteriores, resultando desse facto sempre novas interpretações. Ao incluir a participação do intérprete, consideramos os lugares que habitamos como lugares que existem num determinado tempo e num determinado contexto histórico e, por isso, são revelados para além da sua objectivação (que é subjectiva, porque isolada do seu contexto).

Podemos concluir que quando projectamos um edifício para um lugar, para além do que é objectivável existe um espaço que inclui a experiência dos seus intérpretes e que lhe dá uma dimensão de sentido.

Bibliografia

- 1 AAVV, 1959. **Binário**, 13.
- 2 ALMEIDA, Pedro Vieira de, 2002. **A Arquitectura do Estado Novo: Uma Leitura Crítica**, Lisboa: Livros Horizonte.
- 3 ANÓNIMO, 1953. “A Propósito do Novo Hotel de Lisboa”, **Arquitectura**, 47, p. 2 (“Secções”).
- 4 ANÓNIMO, 1954. “Um Grande Hotel de Turismo”, **Arquitectura**, 52, pp. 17-20.
- 5 BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WANG, Wilfried (ed.), 1998. **Arquitectura do Século XX: Portugal**, Lisboa: Centro Cultural de Belém.
- 6 BLEICHER, Josef, 2002 [1980]. **Hermenêutica Contemporânea**, Lisboa: Edições 70.
- 7 CALDAS, João Vieira, 1997. **Porfírio Pardal Monteiro: Arquitecto**, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.

- 8 DUARTE, Carlos, *et al.* (eds.), 1986. **Tendências de la Arquitectura Portuguesa, Obras de Álvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira**, Lisboa: Trama Artes Gráficas.
- 9 FERNANDEZ, Sérgio, 1988 [1985]. **Percursos: Arquitectura Portuguesa, 1930-1974**, Porto: Edições da FAUP.
- 10 FIGUEIRA, Jorge, 2007. "O ADN da Arquitectura Portuguesa Está Aqui", **Ípsilon**, 30 de Março, pp. 36-39.
- 11 FRAMPTON, Kenneth, 1998 [1995]. **Introdução ao Estudo da Cultura Tectónica**, selecção de textos e introdução de Paulo Martins Barata, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, Matosinhos: Contemporânea Editores.
- 12 FRAMPTON, Kenneth, 2000 [1980]. **História Crítica da Arquitectura Moderna**, São Paulo: Martins Fontes.
- 13 FRANÇA, José-Augusto, 1991a [1974]. "O I Congresso Nacional de Arquitectura e a Arquitectura dos Anos 50", **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 438-461.
- 14 FRANÇA, José-Augusto, 1991b [1974]. "A Arquitectura dos Anos 30 e 40: Ramos, Cristino, Cassiano, Pardal e Duarte Pacheco", **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 225-260.
- 15 GADAMER, Hans-George, 1998 [1996]. **O Problema da Consciência Histórica**, Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- 16 GADAMER, Hans-George, 2004 [1960]. **Verdade e Método I: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**, Petrópolis: Editora Vozes.
- 17 GREGOTTI, Vittorio, 2004 [1972]. **Território da Arquitectura**, S. Paulo: Perspectivas.
- 28 HEIDEGGER, Martin, 2003 [1995]. **O Conceito de Tempo**, Lisboa: Fim de Século.
- 19 HEIDEGGER, Martin, 2004 [1977]. **A Origem da Obra de Arte**, Lisboa: Edições 70.
- 20 MAGALHÃES, Ana, 2000a. **Intemporalidade, Continuidade e Presença dos Valores do Movimento Moderno: O Caso do Hotel Ritz no Contexto da Arquitectura Portuguesa do Século XX**, tese de mestrado (texto policopiado), Lisboa: Universidade Lusíada.
- 21 MAGALHÃES, Ana, 2000b. "O Elogio da Modernidade...", **J-A: Jornal Arquitectos**, 197, p. 64.

- 22 MONTANER, Josep Maria, 2001. **Después del Movimento Moderno: Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX**, Barcelona: Gustavo Gili.
- 23 MONTEIRO, Porfírio Pardal, 1954. “Memória descritiva do Hotel Ritz”, **Livro de Obra Hotel Ritz: Rua Castilho n.º 77**, Obra n.º 27777 (36 Volumes). Lisboa: Arquivo da Câmara Municipal – Arquivo Intermédio.
- 24 MORTON, David, 1986. “P-M em Portugal”, DUARTE, Carlos, DIAS, Manuel Graça, CARVALHO, Lourdes Simões de (eds.). **Tendências de la Arquitectura Portuguesa: Obras de Álvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira**, Lisboa: Trama Artes Gráficas, pp. 64-65.
- 25 MUNTAÑOLA, Josep, 1981. **Poética y Arquitectura: Una Lectura de la Arquitectura Pos-moderna**, Barcelona: Editorial Anagrama.
- 26 MUNTAÑOLA, Josep Thornberg (ed.), 2003. **Arquitectura y Hermenéutica**, 4, Barcelona: Architectonics, Ediciones UPC.
- 27 NORBERG-SCHULZ, Christian, 1998 [1963]. **Intenciones en Arquitectura**, Barcelona: Gustavo Gili.
- 28 PACHECO, Ana Assis, 1998. **Porfírio Pardal Monteiro, 1897-1957: A Obra do Arquitecto**, tese de mestrado em História da Arte Contemporânea (texto policopiado), Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- 29 PALMER, Richard E., 1999 [1969]. **Hermenêutica**, Lisboa: Edições 70.
- 30 PEREIRA, Michel Alves, 1983a. “Moderno e o Pós-moderno na Arquitectura”, SERPA, Luís (ed.), **Depois do Modernismo**. Lisboa: Depois do Modernismo, pp. 28-30.
- 31 PEREIRA, Michel Alves, 1983b. “Uma Exposição de Arquitectura”, SERPA, Luís (ed.), **Depois do Modernismo**. Lisboa: Depois do Modernismo, pp. 31-32.
- 32 PERNES, Fernando (ed.), 1999. **Panorama da Arte Portuguesa no Século XX**, Porto: Campo das Letras, Fundação Serralves.
- 33 PORTAS, Nuno, 1993 [1977]. “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma Interpretação”, ZEVI, Bruno (ed.), **História da Arquitectura Moderna**, vol. 2, Lisboa: Arcádia, pp. 687-744.
- 34 RICOEUR, Paul, 1983 [1975]. **A Metáfora Viva**, Porto: Rés Editora.
- 35 RICOEUR, Paul, 1991 [1986]. **Do Texto à Acção: Ensaio de Hermenêutica II**, Porto: Rés Editora.

- 36 RICOEUR, Paul, 2000 [1976]. **Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação**, Lisboa: Edições 70.
- 37 ROSSI, Aldo, 2001 [1966]. **A Arquitectura da Cidade**, Lisboa: Edições Cosmos.
- 38 SANTA-RITA, J. D., SIMÕES, Duarte Nuno, 1960. “A Decoração do Hotel Ritz”, **Arquitectura**, 67, pp. 53-55.
- 39 SILVA, J. P. Vicente da, 1959. “Estruturas de Pisos Múltiplos e Iguais: Exemplo do Hotel Ritz (Corpo Sobreelevado)”, **Arquitectura**, 66, pp. 52-55.
- 40 SIZA, Álvaro, 2000 [1998]. **Imaginar a Evidência**, Lisboa: Edições 70.
- 41 SIZA VIEIRA, Álvaro, 2003 [2002]. “Piscinas de Leça [1961-1966], FERNANDES, Fátima, CANNATÁ, Michele (ed.), **Guia da Arquitectura Moderna: Porto, 1925-2002**, Porto: Edições ASA, pp. 156-157.
- 42 SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2002. **Territórios**, Barcelona: Gustavo Gili.
- 43 TAINHA, Manuel, 2000. **Textos do Arquitecto Manuel Tainha**, Lisboa: Estar Editora.
- 44 TÁVORA, Fernando, 1996 [1962]. **Da Organização do Espaço**, Porto: FAUP Publicações.
- 45 TOSTÕES, Ana, 1997 [1994]. **Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50**, Porto: FAUP Publicações.
- 46 TOSTÕES, Ana, 2004. “Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos”, TOSTÕES, Ana (ed.), **Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970**, Lisboa: IPPAR, pp. 105-155.
- 47 VENTURI, Robert, 2004 [1966]. **Complexidade e Contradição em Arquitectura**, São Paulo: Martins Fontes.

Listagem das Ilustrações

Fig. 1 – *Caribe Hilton Hotel, San Juan*. Arqs. Toro, Ferrer e Torre Grosa (in Anónimo, 1953).

Fig. 2 – *Hotel Ritz, Lisboa*. Arq. Porfírio Pardal Monteiro (in Magalhães, 2000a).

Fig. 3 – *Marne-la-Vallée*. França (1978-1983). Arq. Ricardo Bofill (in <<http://www.britannica.com>>, 19 de Março 2007).

Figs. 4 – *Torres das Amoreiras*. Lisboa, 1985. Arqtº Tomás Taveira. (Fot. Teresa Madeira, 2005).

Fig. 5 – *Caracterização da evolução do edifício desde o contexto de origem até ao contexto presente*. Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães (in DGEMN, 1985).

Fig. 6 – *Limite territorial*. Hotel Ritz (a partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).

Fig. 7 – *Limite pelo circunstante*. Hotel Ritz (a partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).

Fig. 8 – *Limite pelo edifício*. Hotel Ritz (a partir de fotografia aérea de 1991, prova 2332, Instituto Geográfico Português).

Fig. 9 – *Vista geral*. Piscinas de Leça da Palmeira. Ar. Siza Vieira. (Fot. Teresa Madeira, 2007).

Fig. 10 – *Vista geral*. Torres das Amoreiras (Fot. Luís Pavão, Arquivo Municipal de Lisboa / Arquivo Fotográfico).